

Formas de investimento das poupanças no local de origem por parte dos emigrantes do sul de Moçambique. O caso do distrito de Massinga (Inhambane).

Albert Farré

II Conferência do IESE

“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de acumulação em Moçambique”

Maputo, 22 e 23 de Abril de 2009

Resumo:

Esta comunicação é resultado dos dados e das experiências recolhidas durante o meu trabalho de campo no círculo de Quême (distrito de Massinga) entre Agosto e Novembro de 2006 e entre Setembro e Outubro de 2008. Naquela altura pôs constatar a existência de uma grande distância entre a perspectiva do Estado sobre o desenvolvimento no sul de Moçambique e, por outro lado, as escolhas feitas pela população emigrante que regressava da África do Sul com um certo volume de poupanças feitas naquele país.

Do ponto de vista do Estado o desenvolvimento do sul de Moçambique tem-se sempre pensado, seja no período colonial ou pós-colonial, baseado no aumento da produção/productividade do sector agrícola, –os actuais apelos a dita “revolução verde” é mais uma tentativa de promover esta via de acção entre a população com certa capacidade de investimento-. Pelo contrário, do ponto de vista do cidadão moçambicano que possui esta certa capacidade de investimento as opções escolhidas seguem um outro programa.

Na nossa comunicação tentaremos descrever melhor a distância entre os objectivos económicos do governo (visão a escala nacional segundo o contexto económico internacional) e os objectivos dos emigrantes (visão a escala local segundo o contexto da própria família), e como esta distância dificulta uma estratégia de desenvolvimento comum entre o Estado e a população

Albert Farré, Doutor em História pela Universidade de Barcelona e Licenciado em Antropologia Social pela mesma Universidade.

Desde Fevereiro de 2006 tem uma bolsa de pós-doutoramento da *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) e é investigador associado ao Centro de Estudos Africanos, no Instituto Superior do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de Lisboa

Tem feito pesquisa em Moçambique (Inhambane) e Uganda (Soroti), principalmente nos processos de descentralização, desenvolvimento e reconhecimento das autoridades linhageiras ou tradicionais.

Contexto histórico¹.

Embora sempre houve um grande movimento de população entre o sul de Moçambique e as regiões de Natal e Transvaal, o início das explorações mineiras na área do Rand, na segunda metade do século XIX, acrescentou cada vez mais os fluxos de migração para essas regiões. De facto, um dos grandes debates dos colonizadores portugueses logo após a sua vitória sobre o Ngungunhana foi o quê fazer com a emigração cada vez mais maciça da população dita indígena para além da fronteira colonial: uns afirmavam que a emigração era um problema para “valorizar” o potencial económico da colónia (pois perdiam-se braços para trabalhar em Moçambique), outros, pelo contrário, diziam que a emigração podia ser uma maneira de ter acesso rápido a uma nova fonte de receitas, indispensáveis para atingir o volume de investimento que precisava a ocupação do território, e que a metrópole não podia garantir². Finalmente, como quase sempre na política colonial os debates abstractos sobre estratégia foram deslocados pela necessidade de gerir a realidade, e como não havia maneira de evitar a emigração o governo colonial concentrou-se a tentar tirar o máximo benefício deste fenómeno.

Existe muita informação e muitos estudos sobre a história das relações entre a colónia portuguesa de Moçambique e os diferentes governos bóers, britânicos e, finalmente, sulafricanos (Covane, 2001). É bem conhecido que esta relação baseava-se na negociação, por um lado, do uso do caminho de ferro e do porto de Lourenço Marques para o escoamento da produção mineira e, por outro lado, da gestão conjunta do fluxo de emigrantes moçambicanos que iam trabalhar nas minas, segundo as necessidades de mão-de-obra das próprias, e retornavam a Moçambique depois de ter finalizado o contrato de trabalho. Este percurso de ida e regresso dos emigrantes foi desde finais do século XIX, regulado pelos dois estados para tirar o máximo lucro possível do trabalho dos migrantes.

Por um lado, as empresas mineiras, graças à canalização oficial de grandes quantidades de trabalhadores emigrantes, mantinham os salários os mais baixos possíveis, e os portugueses, pelo seu lado, podiam reduzir o volume de migração clandestina, garantir o retorno dos emigrantes - que regressavam com capacidade para pagar o imposto de palhota - e ter a certeza que iam gastar em Moçambique uma parte do salário ganho fora do país. Assim, a aliança entre o estado sulafricano e o estado colonial português foi um facto estrutural que manteve-se até a independência de Moçambique, em 1975.

¹Agradeço a *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT) a concessão de uma bolsa de pós-doutoramento (2006-2009). A pesquisa aqui apresentanda enquadra-se dentro do programa de trabalhos de dita bolsa.

²Nos relatórios feitos entre 1895 e 1910 por António Ennes, Mouzinho de Albuquerque e Alfredo Augusto Freire de Andrade (que ocuparam os cargos principais da administração colonial naquela altura) esta questão aparece sempre como pano de fundo. De facto, podem ser lidos como um grande debate sobre a melhor estratégia para fazer da emigração um fenómeno positivo para a empresa colonial portuguesa.

A independência: mudanças e continuidades.

As independências das antigas colônias portuguesas trouxeram grandes mudanças no equilíbrio geo-político da região austral. Em relação a emigração e ao desenvolvimento rural há três pontos que merecem destaque:

- *Mudança radical das relações com a África do Sul.* O projecto político do partido Frelimo entrou em confronto aberto com o regime do apartheid. A Frelimo tentou reduzir a emigração para conseguir dois objectivos chaves: por um lado queria aumentar a produção agrícola própria e ganhar autosuficiência econômica, por outro lado, queria também enfraquecer a economia sul-africana e contribuir ao seu isolamento internacional (CEA, 1977).
- *Prioridade da denúncia e da luta contra o racismo na África do Sul e na Rhodésia sacrificando os próprios interesses econômicos.* Ao contrário do regime colonial português, o partido Frelimo seguiu o embargo econômico decretado pelas Nações Unidas contra o regime racista da Rhodesia, embora esta medida fosse contrária a actividade do corredor econômico que ligava aquele país com o porto da Beira. Este confronto ideológico entre Moçambique e os dois países vizinhos também levou Moçambique a apoiar as dissidências políticas no interior dos países rivais, e vice-versa.
- *Colectivização dos meios de produção e distribuição.* Independentemente das injustiças do sistema colonial, é verdade que a independência trouxe uma série de mudanças estruturais que diminuíram a produção e pioraram a eficácia dos sistemas de distribuição das mercadorias nas áreas rurais. Este facto foi ainda agravado por uma série de anos de calamidades naturais (cheias e secas) e pela generalização da guerra no interior de Moçambique. O conjunto de todos estes factos espalhou a insegurança e a frustração da maioria da população rural logo após a independência (Casal, 1989; 1991; Cravinho, 1998).

Embora estas mudanças supunham uma grande ruptura em relação ao período colonial, houve também muitas continuidades na maneira como o Estado independente olhava a realidade do país e estabelecia metas políticas e econômicas que o consolidassem³. Por exemplo:

- Tanto o Estado colonial como o Estado socialista assumiam-se como o principal guia e motor do desenvolvimento. A Frelimo quis reduzir o número de migrantes para acrescentar o nível de

³Uma boa maneira de identificar estas continuidades é comparar os livros sobre a emigração que escreveu António Rita Ferreira (1959) e a obra de Centro de Estudos Africanos da UEM coordenada por Ruth First (1977), pois são livros que, além de oferecer bons dados, são também muito representativos do enquadramento teórico dominante no tempo em que foram escritos. Também os trabalhos mais recentes de Covane (2001) e Lubkemann (2004) também permitem identificar as continuidades antes e depois da independência.

produção em Moçambique, seguindo a lógica productivista e proteccionista própria de qualquer Estado em processo de desenvolver-se, independentemente da ideologia política.

- Os dois também justificavam os aspectos mais violentos da sua acção apelando ao interesse nacional. O paradoxo era que muitas vezes o interesse nacional justificava a violência contra sectores da própria população. Era um interesse nacional que só o Estado parecia conhecer, pois ele próprio o anunciava e o executava, numa espécie de monólogo consigo próprio (Issacman, 1987; Loforte, 1990; Dinerman, 1999; Bowen, 2000).
- Se a elite intelectual colonial considerou aos camponeses como não-civilizados e pagãos, a elite do partido Frelimo acusou-os de obscurantistas e feudais. Portanto, as duas elites confundiram o analfabetismo com a ignorância, e subestimaram a capacidade da cultura camponesa e dos emigrantes para cada um deles decidir qual era a sua melhor opção para atingir os seus objectivos na vida.
- Finalmente, os dois Estados partilharam uma mesma vontade de transformar radicalmente a dinâmica da vida e da produção rural, o que nos dois casos conduziu-os a experimentar políticas de desenvolvimento baseadas na concentração rural, embora soubessem que a população estava habituada a um modelo de habitação disperso. Também os dois tiveram uma atitude semelhante durante a guerra que cada um deles teve de afrontar desde o governo (a guerra de 1964-1974 e a guerra de 1979-1992). Embora os projectos de concentração rural continuaram a ser justificados por razões de desenvolvimento, de facto, foram mantidos por interesses militares: para melhor controle da população rural (limitação da liberdade de trânsito) e para acrescentar o impacto da propaganda política do Estado na população (Borges Coelho, 1993).

Novos tempos, novos discursos: a luta contra a pobreza absoluta.

Depois dos Acordos de Paz assinados em 1992 em Moçambique há um regime político democrático-liberal, baseado na liberdade de associação política e na livre concorrência económica. O estado deixou de ser o actor principal da economia para adoptar a posição de facilitador económico do investimento privado, além de garantir o cumprimento das leis. Portanto, comparativamente aos dois modelos de Estado prévios, houve mudanças importantes. Contudo, continua a existir uma grande distância entre as estratégias de desenvolvimento dos emigrantes e as estratégias planificadas pelo governo. Esta é uma das conclusões tiradas do meu trabalho de campo em Massinga. Nesta comunicação expomos que esta distância é, em grande parte, a continuidade das difíceis relações entre estado e população rural herdado do passado.

O modelo democrático liberal adoptado pelo Estado moçambicano no contexto das negociações de paz trouxe um discurso próprio e uma série de actores e receitas que era preciso espalhar também em Moçambique: é o discurso do desenvolvimento liberal que veio acompanhado

com os apelos a sociedade civil moçambicana (igrejas, sindicatos, empresários, associações civis...) e aos investidores e sociedades civis estrangeiras⁴ para serem os actores principais da luta contra a pobreza absoluta, com o objectivo global de Moçambique poder atingir os Objectivos do Milénio estabelecidos pela ONU.

O que queremos salientar aqui, é que este novo discurso faz, em parte, a mesma função que os discursos hegemónicos promovidos pelos modelos de estado anteriores (nomeadamente o estado colonial e o socialista). Por uma parte propõe projectos agrícolas baseados no aumento da produção/productividade do sector agrícola, pela outra invisibiliza os objectivos e as escolhas feitos pelos emigrantes e as famílias camponesas que, de facto, como tentaremos mostrar, nunca estiveram especialmente interessados num sistema de produção baseado na agricultura intensiva destinada à venda.

Assim, o objectivo desta comunicação é contribuir, por um lado, a visibilizar a maneira de pensar e agir dos emigrantes que, seguindo uma tradição de muitas gerações, ainda hoje conseguem regressar à sua terra de origem com um certo dinheiro ganho na África do Sul. Portanto a migração à África do Sul é ainda hoje uma via de entrada de recursos em Moçambique. Por outro lado, também com esta comunicação propomos iniciar um debate sobre a necessidade de reconhecimento das estratégias locais de desenvolvimento. Um desenvolvimento durável é um desenvolvimento que esteja enraizado no chão: deve estar mais baseado na vida ou nos objectivos das pessoas do que em programas ou discursos vindos de fora e que desconhecem as especificidades locais (solos, regime de chuvas, sistemas de posses da terra, preferências gastronómicas, métodos de tomada de decisões...)⁵. Por isso consideramos interessantes saber como é que o migrante investe o dinheiro que tanto lhe custou ganhar e poupar na África do Sul. A seguir descreve-se o que acontece em Massinga.

Contexto local: distrito de Massinga.

Massinga é um distrito da província de Inhambane, que limita com o distrito de Morrumbene ao sul, com o de Vilankulo ao norte, e Funhalouro a oeste. Tem dos postos administrativos: Massinga sede (localidades de Rovene, Lionzuane e Guma) e Chicomo (localidades de Malamba e Chicomo). Massinga é também o distrito mais populoso da província de Inhambane⁶.

⁴ ONGs internacionais financeadas muitas vezes com dinheiro público dos estados desenvolvidos.

⁵ Alguns autores moçambicanos já têm-se debruçado nesta perspectiva que pretende pôr em destaque a agência económica das populações rurais -muitas vezes esquecida e até combatida pelo Estado-. Como exemplos podemos citar o livro do José Negrão *Cem anos de economia da família rural africana* (2001), o artigo do João Paulo Boges Coelho "Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural" (2004) e o livro do Yusuf Adam no *Escapar aos dentes do crocodrilo e cair na boca do leopardo* (2006). Embora nenhum deles tenha focado na temática das migrações, os seus trabalhos foram uma ajuda para a minha pesquisa.

⁶ Sem contar os municípios de Inhambane sede e Maxixe.

Sobre o distrito de Massinga em particular encontrou-se três pesquisas: uma monografia agrícola do distrito feito no tempo colonial (Almeida, 1959), com uma boa catalogação dos diferentes tipos de solo segundo a sua capacidade de produção agrícola (principalmente algodão), e duas pesquisas feitas mais recentemente por pesquisadores moçambicanos: uma tese de licenciatura em geografia, da autoria de Maria Alfeu (2001), que aborda a influência da emigração no desenvolvimento sócio-económico deste distrito, e um estudo do impacto dos serviços distritais da extensão agrária para garantir a segurança alimentar da população, feito por Jordão Muvalé (2005) e que conclui que tais serviços são muito fracos. Também existem as duas edições dos perfis distritais de cada distrito de Moçambique (no caso de Massinga o último foi feito em 2005 pelo Ministério da Administração Estatal).

Por outro lado, uma das cinco áreas da província de Inhambane seleccionadas para o estudo do CEA (1998) foi o norte de Morrumbene (Sitila) e o interior do distrito de Massinga (Chicomo).

Precisamente, nos anexos deste estudo coordenado por Ruth First encontramos um quadro sobre a percentagem de trabalhadores do distrito de Massinga que foram para a África do Sul contratados pela WENELA (Witsvatersrand Native Labour Association, órgão da Câmara das Minas que contratava trabalhadores em Moçambique) no período de 1960-1976 (CEA, 1998, 214). Temos escolhido os seguintes dados:

<i>Anos</i>	<i>População Activa Masculina</i>	<i>Movimento Migratório</i>	<i>Percentagem de migrantes</i>
1960	23602	4846	20,00%
1970	32311	5656	17,00%
1975	38846	4178	11,00%
1976	40153	607	2,00%

Não consta neste quadro os migrantes que ficaram em Lourenço Marques, Beira ou qualquer outra cidade moçambicana nem a migração clandestina⁷. Embora sempre existiu, pode-se dizer que a emigração clandestina começou ser especialmente importante a partir de 1971, quando o número de contratados em origem começou a diminuir enquanto a população total continuava a aumentar. Depois da independência a clandestinidade tornou-se a opção principal, pois os emigrantes não deixaram de querer emigrar por causa da ruptura política entre os dois Estados após a independência de Moçambique. Porém, também é certo que, sendo a emigração um fenómeno tão estratégico para os interesses dos dois Estados, as mudanças nas relações entre eles afectaram

⁷Luis António Covane tem um artigo dedicado à emigração clandestina entre os anos 1897-1913 (1991).

bastante tanto as possibilidades de migração como as maneiras de migrar. Portanto, qualquer análise do fenómeno da emigração tem de ter em conta as políticas dos estados em relação à ela.

A comparação destes dados demográficos com os recenseamentos mais actuais tem duas grandes dificuldades. Em primeiro lugar os efeitos da guerra: tanto o número de mortos como os inúmeros deslocamentos internos de população modificaram muito as tendências demográficas; em segundo lugar o facto de o distrito de Massinga actual ser menor, pois o antigo posto administrativo de Funhalouro foi elevado a categoria de distrito em 1986.

Contudo, a pesquisa de Maria Alfeu (2001) oferece-nos dados que podem ajudar a ilustrar a situação actual da emigração. Tendo em conta que a população total do distrito de Massinga era, segundo o recenseamento de 1997, de 186.650 pessoas e 43.680 agregados familiares, o seu trabalho conclui-se que sobre uma amostra de 380 agregados familiares, um 33% (126) tinha, no momento da realização do inquérito, algum parente trabalhando na África do Sul.

Em segundo lugar, neste trabalho também constata-se que nos primeiros seis meses do ano 2000 foram contratados no distrito de Massinga 1.860 trabalhadores, para além dos emigrantes clandestinos. Embora novembro e dezembro têm tendência a ser os meses com menos contratações (CEA, 1998, 213) se fizermos uma estimativa de 3720 contratados (1860×2) para o ano 2000 completo, obtemos ainda um valor bastante inferior aos 5.656 do ano 1970 (máximo valor absoluto da série) para uma população activa masculina actual em qualquer caso superior a que houve no ano 1970, que foi de 32.311. De facto, segundo os dados do perfil distrital de Massinga, tirados também do censo de 1997, a população activa masculina (com 15 anos ou mais até 64 anos, e excluindo os que bucam emprego pela primeira vez) neste distrito é de: 36.354. A partir destes dados, pode-se pensar que a emigração clandestina e a migração interna continuam a ser hoje bastante mais numerosas que a migração de contratados pelas minas em Massinga.

Embora sabe-se que os dados expostos são muito precários do ponto de vista estatístico, há duas boas razões para apresentá-los aqui: Em primeiro lugar, com esta apresentação contribui-se para a divulgação de pesquisas já realizadas e que talvez possam ser continuadas por outros investigadores muito mais preparados para a análise quantitativa de dados estatísticos. Em segundo lugar, toda a informação existente nas obras consultadas confirma a impressão durante o trabalho de campo no círculo de Quême na localidade Rovene, muito próximo do município de Massinga⁸: o número de casas de alvenaria e de carros indica que o estado de precariedade da agricultura no distrito não é tanto devido à falta de dinheiro para investir, mas à existência de outras prioridades por parte das pessoas que possuem uma certa capacidade de investimento. Foi assim como surgiu o interesse pelas prioridades de investimento da população local de Massinga.

Formas de investimento no círculo de Quême.

⁸As ambiguidades entre administração do estado e a estrutura do partido Frelimo nos níveis mais baixos da administração distrital já foi tratado num outro artigo (Farré, 2008).

Durante o trabalho de campo no distrito de Massinga foram identificados dois tipos de potenciais investidores moçambicanos: por um lado o emigrante retornado e, por outro lado, o alto funcionário ou membro do partido Frelimo que, graças à sua posição no sector público, beneficia-se de vantagens nos seus investimentos privados. Nesta comunicação trata-se principalmente dos primeiros, por ser o grupo maioritário.

Segundo a nossa pesquisa em Quême, as prioridades dos emigrantes são as seguintes:

- 1) Construção de casas de alvenaria ou chapas de zinco, e depósitos de água de alvenaria;
- 2) Ritos e cerimônias: 2.1 Casamento (lobolo e/ou pela igreja), tendo em conta que é comum um homem ter mais de uma mulher. 2.2. Cerimônias devidas aos mortos, seja por um membro da família recentemente falecido, seja por um membro falecido há algum tempo mas que, por alguma razão, ele próprio exigiu - ou alguém recomenda - realizar-se uma cerimônia.
- 3) Transporte: o investimento na compra de carros, principalmente pick-ups Isuzu, para fazer transportes entre a estrada nacional e algum ponto do interior da província.
- 4) Compra de crias de animais (porcos, cabritos, vacas) para a sua reprodução e venda a pequena escala ou, no caso dos bois, alugar aos vizinhos.
- 5) Compra de terra - embora a Constituição diga o contrário- principalmente nas redondezas do recém criado município de Massinga.

Pode-se constatar que a agricultura não aparece nesta listagem. Por outro lado, se olharmos a perspectiva do Estado comprovamos que nem a edição de 2005 do perfil do distrito de Massinga feito pelo Ministério da Administração Estatal (em parceria com a Consultoria de Desenvolvimento Métier), nem o Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane, feito no ano 2000 pelo Governo da Província de Inhambane (com apoio do Projecto Desopol) tratam do fenómeno da emigração como um facto fulcral nas perspectivas do desenvolvimento do distrito e da província respectivamente. No plano estratégico fala-se da necessidade de participação e empoderamento da população, e da necessidade de aumentar a produção agro-pecuária. No perfil distrital até apresenta-se um quadro com a população activa do distrito: há 36.354 homens e 60.507 mulheres. Porém, nem o plano estratégico parece reconhecer que a emigração é precisamente um exemplo de procura de empoderamento dos homens do distrito, nem o perfil distrital se pergunta onde é que estão os homens que faltam.

Parece evidente, pois, que continua a existir uma grande distância entre a maneira de olhar e os objectivos económicos do governo (visão a escala nacional segundo o contexto económico internacional) e os objectivos da população (visão a escala local segundo o contexto da própria família). Esta distância dificulta uma estratégia de desenvolvimento comum entre o Estado e a

população.

A seguir foi-se feito um aprofundamento em dois factores que podem ajudar a visibilizar melhor as estratégias e as prioridades de grande parte da população camponesa, e assim perceber que as prioridades dos emigrantes no uso das suas poupanças seguem uma estratégia que talvez esteja melhor adaptada as características do distrito, embora com certeza não contribua a lutar contra a pobreza segundo o plano do Estado. O primeiro dos dois factores é a pluralidade de objectivos entre emigrantes e migrantes. O segundo factor é a diferente maneira dos homens, das mulheres e do Estado de perceber a sua relação com a terra.

Diferenças de gênero e diferentes projectos de emigração.

A maioria da população de Massinga é da etnia tshwa, que tem um parentesco patrilineal e um sistema de habitação disperso e patrilocal, o que quer dizer que é a mulher que vai se deslocar a viver nas terras da família do marido. Estas características permitem perceber as relações entre a ligação com a terra e os deslocamentos de cada um dos dois gêneros.

Tanto os homens como as mulheres do meio rural de Massinga são potenciais migrantes na procura de um futuro melhor. Os homens podem migrar a uma grande cidade moçambicana (no caso de Massinga principalmente Maputo, mas também Beira) ou emigrar à África do Sul. Podem emigrar solteiros ou depois de casar, mas se emigram para a África do Sul o fazem sempre sozinhos, e geralmente com vontade de regressar ao local de origem para casar e construir uma casa (de alvenaria ou de chapas de zinco, segundo o nível de sucesso⁹). Por outro lado, os homens que migram a Maputo ou Beira têm uma vontade maior de fixar sua residência na cidade, e só regressar de visita principalmente quando há cerimônias importantes. Quanto mais anos se passam, em geral, mais preguiçosos tornam-se para visitar sua aldeia de origem, pois as condições de vida do mato são consideradas um grande incômodo. Os filhos nascidos nas cidades ficam ainda mais afastados do meio rural. Assim, a migração no interior de Moçambique segue uma dinâmica diferente e que não será tratada aqui, pois o tema é a emigração para África do Sul.

As mulheres, por sua vez, quando ainda solteiras, podem migrar à capital da provincia para ajudar em casa de algum parente que aí mora, ou para trabalhar no serviço doméstico na casa de algum conhecido. Onde não há escola primária completa, um outro motivo de deslocamento/migração pode ser a vontade de continuar os estudos, objectivo geralmente compatível com o de ajudar em casa de algum parente. O casamento também pode justificar a migração feminina em dois casos: quando as terras do marido sejam longe da terra de origem da esposa (assim ela não poderá manter muita relação com a sua própria família) ou bem quando os dois migram conjuntamente à cidade. Muito dificilmente as mulheres migram sozinhas a Maputo

⁹ A maior proporção de casas de chapas de zinco ilustra também a perda de capacidade de compra do emigrante em relação ao período final do colonialismo.

ou Beira.

A diferente relação com a terra segundo o gênero.

A migração masculina implica a sua ausência do núcleo de residência familiar durante períodos de tempo de no mínimo onze meses, pois os emigrantes contratados regressam cada ano durante as férias. Esta distância entre os dois membros do casal sublinha ainda mais o sistema de divisão sexual do trabalho característico das populações rurais africanas em geral, e de Moçambique em particular (Waterhouse & Vijfhuizen, 2001).

Todo o ciclo da produção agrícola, desde semear até guardar a colheita no celeiro, é responsabilidade das mulheres, que também são responsáveis de cozinhar cada dia. Toda a alimentação diária da população rural depende assim do trabalho das mulheres. Aquelas jovens e solteiras, que não tiveram a possibilidade de ir ao meio urbano, e que representam a maioria, ficam na casa do seu pai para ajudar nas tarefas agrícolas e domésticas até alguém vir a procurá-las para casar.

É normal que a mulher aceite viver em uma casa no quintal da família do pretendente sem casar oficialmente, sobretudo se ele tem um emprego diferente do trabalho agrícola, ou é alguém que pretende emigrar a África do Sul, pois nos dois casos considera-se que é uma boa opção para ela. É normal, portanto, que o homem emigre pela primeira vez deixando já a mulher a viver nas suas terras, numa casa feita com materiais locais. A expectativa em comum do futuro casal é que o homem vai regressar para casar e construir uma casa melhor. O local onde vai ser construída esta primeira casa depende das terras disponíveis pela família do homem, e também da necessidade da sogra de ser ajudada pela nora nas tarefas domésticas. Normalmente, os sogros gostam de ter uma nora no seu agregado familiar. Mas se já houver uma outra nora a morar com eles, as seguintes podem morar mais longe. Em qualquer caso a família do marido deve indicar a cada nora a machamba que vai cultivar.

Em geral, as mulheres consideram o casamento como o acesso a um estatuto social superior. Ficar solteira é considerada a pior opção, por isso finalmente muitas aceitam maridos que não tem emprego, ou aceitam serem a segunda ou a terceira mulher de um homem com boas condições económicas. O principal conflito entre as famílias do homem e da mulher é geralmente por causa dos filhos, pois até o momento que o homem não case de maneira tradicional, com a celebração da cerimónia do lobolo, os filhos pertencem a família da mulher. Também há problemas quando o homem casa-se com uma segunda mulher sem consultar a primeira (porque quando esta é consultada pode propôr sua irmã mais nova como segunda esposa). Outra fonte de problema seria quando os homens engravidam mulheres solteiras e depois não querem casar-se com elas. O casamento no registo civil não é frequente em Quême, nem em geral nas áreas rurais.

En qualquer caso, sempre há um facto estructural: todos os agregados baseiam a sua capacidade de comer cada dia no trabalho de um conjunto de mulheres composto por esposa(s), filha(s) e nora(s) em diferentes proporções. Essas mulheres trabalham uma terra que sempre pertenceu aos homens, por isso muitas viúvas regressam a viver na terra da sua família, dos seus irmãos, para passar aí a sua velhice. Porém, quando a mulher fica à vontade com a família do seu falecido marido algum irmão deste pode casar-se com ela¹⁰, e ela continua a viver nessas terras.

O ideal de abundância partilhado pelos homens e pelas mulheres do meio rural.

Para além desta estrutura social que desenha as relações entre homens e mulheres e define as diferentes tarefas de cada qual, também existe o que podemos chamar “um ideal de abundância” (entendendo abundância como sinónimo de bem-estar) partilhado entre os dois gêneros. Este ideal ajuda a explicar que a terra não é, nem para os homens nem para as mulheres, um lugar de investimento das poupanças trazidas pelos homens emigrantes. Este ideal de abundância concretiza-se em ter muitos filhos e construir uma casa grande, de alvenaria se possível, com depósito para recolher a água da chuva ao lado. Este ideal orienta as acções dos camponeses emigrantes da mesma maneira, por exemplo, que o ideal de desenvolvimento económico orienta as acções do Estado.

A mulher trabalha a terra inicialmente com a ajuda dos próprios filhos e filhas. Quando os filhos tornam adultos trazem noras à casa, que podem ajudar a sogra nas tarefas mais pesadas, e nascerão netos (que só serão da casa depois de ter sido entregue o lobolo à família da mulher). Quando as filhas forem adultas casarão, e a família vai poder ampliar sua rede familiar¹¹. Assim, do ponto de vista da mulher que mora no meio rural, ter muitos filhos e filhas é uma segurança para ter no futuro uma velhice tranquila e respeitável.

Do ponto de vista do homem, habituado a aportar productos não agrícolas (antigamente as suas tarefas eram a caça, o gado, a pesca, etc), a emigração é, desde antes da conquista portuguesa uma maneira de libertar-se de um meio rural muito hierarquizado em benefício dos mais velhos. Se tiver sucesso na sua migração, o jovem poderá voltar com dinheiro para construir a sua casa¹², e para fazer todas aquelas coisas que considera importantes, que foram apresentadas na listagem anterior.

Para o homem que mora no meio rural, ter muito dinheiro sem ter uma casa própria e muitos filhos para assegurar o futuro da linhagem perde todo o seu sentido. De igual maneira, para uma mulher, ter de trabalhar muito tempo na casa dos pais, sem marido e sem filhos próprios, perde

¹⁰Esta prática, chamada levirato (casamento da viúva com um irmão do falecido) é independente do rito de purificação das viúvas que realiza-se quase sempre nas áreas rurais.

¹¹As vezes o lobolo serve para unir mais duas linhagens (ou famílias), mas nem sempre é assim, pois as vezes as linhagens afastam-se umas das outras a causa do lobolo. A capacidade diplomática da mulher que é elo de ligação entre as duas famílias é uma ajuda importante nestes casos.

¹²Cada filho quer construir a sua própria casa, embora o pai tenha já contruido uma muito grande. A pesar de existir ligações de parentesco muito fortes, existe também um grande desejo de individualização.

todo o seu sentido, pois vai ter que trabalhar igual e... quem vai cuidar dela no futuro?

De facto pode-se dizer que graças a emigração as funções de ambos os gêneros são complementárias¹³, pois marido e mulher trabalham os dois para atingir o objectivo comum: o ideal de abundância próprio do meio rural.

Assim, a prática da poliginia (um homem casado com várias mulheres) faz sentido para homens e mulheres que partilham o ideal de abundância característico do meio rural. Um emigrante com sucesso geralmente não tem problemas para que a primeira mulher aceite a uma segunda mulher, sempre que a segunda mulher aceite que há uma relação hierárquica entre as duas, e que a segunda deve obediência à primeira. É por isso que com frequência a mulher propõe ao marido que, se este quer uma segunda mulher, case com uma de suas irmãs mais novas ou com uma filha de um irmão dela: com qualquer das duas garante-se uma maior ligação com a sua própria família, e também garante-se uma relação hierárquica com a esposa mais nova muito mais fluída e sem problemas que com uma moça que não conhece¹⁴. Com duas mulheres duplica-se tanto a descendência como a capacidade de trabalho da terra. Por outro lado, o homem deve assumir a construção de uma nova casa para a segunda mulher, geralmente mais pequena e não muito longe da casa principal.

É importante sublinhar que no meio urbano este ideal de abundância já não serve, pois o acesso a terra é muito mais pequeno, e quanto mais filhos há mais preciso torna-se comprar comida. Tanto os homens como as mulheres casados(as) ou solteiros(as) têm de mudar de estratégia quando decidem migrar ao meio urbano. Nesta perspectiva pode-se dizer que se as mulheres solteiras urbanas pedem mais abortamentos do que as mulheres solteiras rurais, não é só porque nas cidades há mais serviços de saúde, também porque no campo a gravidez sempre é bem-vinda¹⁵.

Finalmente, é preciso lembrar que o facto de partilhar um mesmo ideal de abundância não quer dizer que não haja conflitos quando as coisas não saem bem, pois nem todos os emigrantes conseguem ter sucesso, nem todas as mulheres ficam contentes com um marido que não consegue satisfazer tudo o que prometera no momento que as foram procurar. Casos de ciúmes, invejas, bebedeiras e desrespeito entre homens e mulheres é também normal no meio rural.

A perspectiva do Estado sobre a terra: produtivismo e desenvolvimento rural.

Se as mulheres partilham com os homens um ideal de abundância, poderia dizer-se que as mulheres partilham com o Estado a preocupação pela agricultura. Porém estes dois actores divergem muito na maneira de entender a produção agrícola e a sua relação com a terra.

¹³“Mulher precisa de homem e homem precisa de mulher” é a frase característica que repete-se nas entrevistas tanto a homens como a mulheres.

¹⁴Esta opção é comum sempre que haja boas relações entre as duas linhagens.

¹⁵Além do mais, no meio rural se um homem engravida a uma mulher antes de casar tem de pagar uma compensação ou “multa”.

O Estado olha a terra principalmente como um meio de produção, e os seus programas de desenvolvimento econômico são sempre baseados na necessidade de aumentar a produção agrícola até conseguir integrar cada vez mais território e trabalhadores nos grandes mercados nacionais e internacionais. Mas para conseguir esta meta precisa-se de investimento em tecnologia para aumentar a produtividade. O Estado gostaria que não só os esforços das ONG foram nesta direcção, mas também os dos investidores locais. Os apelos a dita revolução enquadram-se neste desejo do Estado. Mas no caso do distrito de Massinga o Estado não conseguiu mobilizar os investidores nesta direcção. Dentre os investidores locais, os emigrantes regressados da África do Sul não investem na melhora da produtividade da agricultura. Podem comprar, sim, pequenos aparelhos como carretas e moinhos para reduzir a volume de trabalho, podem construir depósitos de água para assegurar a acessibilidade da mesma, mas nenhum dos dois gêneros querem estas melhoras para incrementar a produtividade nas suas machambas.

De facto, o modelo de exploração da terra próprio do ideal de abundância da população rural segue uma estratégia contrária ao aumento da produtividade: a procura do máximo número de filhos e do máximo número de esposas quer dizer, de facto, o aumento da produção pelo aumento do número de braços a trabalhar. Os agregados familiares mais numerosas conseguem produzir suficiente para o auto-consumo e encher algum celeiro de reserva, mais ou menos dependendo da qualidade das terras ao seu dispôr.

Como é que as mulheres conseguem dinheiro, então, enquanto os seus maridos estão ausentes? Em Quême, o que se vende para conseguir algum dinheiro não é a produção agrícola, senão a produção de coisas que não precisam de muito trabalho porque crescem sozinhas: cocos e animais (galinhas, porcos e cabritos) principalmente. Também esteiras e outras peças de artesanato feitas de madeira. Mas o que realmente dá lucro é o transporte de productos necessários na vida quotidiana de uma área para outra (madeira para a construção, lenha e carvão do campo para a cidade, e productos das lojas da cidade para o campo). Por isso, os emigrantes e demais pessoas abastadas têm na compra de carro¹⁶ como uma prioridade muito superior ao investimento na agricultura, isto para além de que o trabalho de conduzir um carro considera-se mais prestigiante para um homem do que trabalhar a terra, que é propio de mulheres.

As mulheres concordam com esta estratégia dos homens. Por um lado são conscientes que o lucro necessário para atingir o ideal de abundância (uma casa grande e bonita onde viver) não vai conseguir-se pelo trabalho agrícola, nem sequer nas terras mais férteis ao redor das lagoas que há perto da estrada principal. Por outro lado, talvez também suspeitem que uma mecanização do campo pode supôr a entrada de trabalho assalariado masculino, e a perda pelas mulheres do controle da produção da terra, mas sem deixar de ter elas a obrigação de alimentar cada dia a população –

¹⁶O assunto dos carros em Massinga é um assunto delicado: pois o mercado de carros é muito dinâmico e há muitos carros com matrícula sulafricana que compram-se a um preço que faz suspeitar que sejam roubados. Contudo não deixa de ser verdade que há pessoas que compraram o seu carro legalmente na Africa do Sul.

como aconteceu com o tempo do cultivo forçado do algodão-.

Em conclusão, actualmente tanto a estrutura social como a dinâmica dos mercados locais penaliza a alta produção agrícola e valoriza a capacidade de transportar productos com muita demanda de um lugar a outro. Existe uma certa acumulação de lucro para os proprietários dos carros (em Quême conheci alguns transportistas que tinham entre 2 e 4 carros pickups Isuzu¹⁷), até ao ponto de no ano 2008 ter-se criado uma organização de transportistas locais de Massinga. Esta acumulação não está registada nem prevista nos relatórios que descrevem as potencialidades económicas do distrito e, portanto, não há programa de aproveitar este dinamismo económico para melhorar a regulação dos pequenos mercados locais, o que seria uma outra maneira, talvez mais eficaz, de trabalhar pela segurança alimentar de toda a população¹⁸.

Terra e simbolismo: ritos, identidade e bem-estar.

Se acabássemos por aqui a nossa explicação pareceria que a terra é simplesmente um meio de produção. Mas não é assim: a terra é também um símbolo central na organização das sociedades humanas em geral, e africanas em particular. A terra é o lugar onde descansam os ancestrais, sendo a campa de cada linhagem um dos lugares mais importantes do património de qualquer linhagem. O outro lugar importante é o altar onde o chefe da família pode mediar com os próprios mortos. Entre os tshwa de Massinga este altar é uma árvore do quintal do chefe da linhagem.

Assim, se o controle do ciclo productivo da terra é das mulheres, o controle simbólico da terra pertence aos homens. Como nas sociedades rurais vigora um sistema de conhecimento baseado numa lógica de causa-efeito diferentes da lógica científica, o controle simbólico feito através de rituais é muito importante para manter a hierarquia entre os mais velhos¹⁹ e os mais novos, e também para manter boas relações entre os vivos e os mortos de uma mesma linhagem.

Para além dos ritos destinados aos mortos, os chefes da terra podem fazer também ritos para propiciar a chuva em tempo de seca, ou para garantir uma boa colheita. De novo, a fertilidade da terra considera-se uma questão que tem a ver com uma boa comunicação com os antepassados dos chefes da terra. Os conhecimentos agronômicos não fazem mal, mas o principal é um bom equilíbrio com os espíritos²⁰.

O que queremos sublinhar é que toda pessoa nascida no campo fica ligado a terra onde nasceu, onde ficam os lugares onde são realizados os rituais da sua família para honrar e comunicar com os seus mortos. Em condições normais, toda pessoa tem de procurar manter contacto com estes

¹⁷ Segundo parece a melhor tracção dos Isuzu em relação aos Toyota permite conduzir pelos areais.

¹⁸ Será que a invisibilidade desta riqueza nos documentos oficiais pode ter alguma relação com a sua possível origem nas redes criminosas? Eis uma pergunta interessante.

¹⁹ Mais velhos que no passado tal vez foram jovens emigrantes.

²⁰ Esta temática é muito complexa. Para aprofundar a nível geral podem-se consultar as obras de Feliciano (1998) e Homwana (2002). Para o âmbito tshwa em particular pode-se consultar (Helgesson, 1971) e Farré (2008).

rituais se não quer ser vítima da doença ou do azar. Sempre que houver alguma cerimônia na família é muito recomendável assistir, embora seja com atraso, para não ter problemas depois com os espíritos dos mortos.

A migração à África do Sul e o contacto que supõe com uma sociedade industrial, tem modernizado muitos hábitos quotidianos dos emigrantes rurais (na fala, no vestir, nas ferramentas, etc) mas não quer isto dizer que tenham abandonado o seu sistema de conhecimento prévio a estas mudanças. De facto, a emigração à África do Sul, com os riscos e os perigos que implica, tem acrescentado ainda mais as práticas de proteção contra os maus espíritos, demonstrando mais uma vez que a crença nos espíritos e a prática de bruxaria não são incompatíveis com a vida moderna (Granjo, 2006 e 2008). Também a guerra tem revalorizado rituais e práticas de purificação muito procuradas para recuperar, na medida do possível, a normalidade e a paz (Homwana, 2002; Cabral, 2009). Existe uma modernização social que não segue os postulados da ciência em geral, nem os princípios da ciência económica.

Neste contexto epistemológico, ter muitos filhos significa ter boa saúde, no sentido de não ter problemas com os espíritos. Ter sucesso na vida também é sinal de boas relações com os ancestrais. Regressar à terra de origem e construir ali uma casa grande na terra da família onde descansam os antepassados é uma boa maneira de mostrar a potência social e espiritual da própria família.

Assim, a terra ocupa um lugar central na estrutura de poder e autoridade local mais pela sua função simbólica e identitária do que pela sua função productiva. De facto a função productiva é garantida pela função simbólica. A través de casas, depósitos e cerimônias para os falecidos os emigrantes investem muito na sua terra, mas não na agricultura. A sua maneira de procurar a segurança alimentar e o lucro segue outros caminhos.

Conclusão.

Desde a segunda metade do século XIX até hoje o fenómeno da emigração à África do Sul tem estado no centro do debate sobre o desenvolvimento rural. A emigração supõe a possibilidade de acesso a um salário muito superior ao dinheiro ganho pela venda da produção agrícola, por isso os emigrantes tem sido uma fonte de entrada de dinheiro em Moçambique. Desde o início os Estados e os emigrantes tem tido maneiras diferentes de entender o desenvolvimento e o bem-estar, o que significou o afastamento dos seus objectivos. Os objectivos dos camponeses emigrantes tem ficado escondidos atrás das grandes narrativas ideológicas que tem sido reproduzidas e difundidas pelos Estados segundo o seu lugar ideológico no mundo em cada momento histórico.

A emigração tem introduzido muitas mudanças na vida dos camponeses (novos hábitos, novos productos e novas religiões) mas também tem consolidado algumas formas de agir e pensar

vindas do passado. Assim, os ritos e cerimônias de diferentes tipos continuam a ser uma despesa importante da população rural.

A partir da análise das prioridades dos emigrantes do meio rural de Massinga na utilização na terra de origem do dinheiro ganho na África do Sul, temos tentado mostrar uma realidade habitualmente invisível nos discursos de desenvolvimento, e a partir da qual pode-se afirmar que o problema da precariedade da agricultura em Massinga não é a falta de crédito, nem a ignorância ou falta de informação. Os emigrantes, quando regressam sabem que há opções de negócio muito melhores do que a agricultura. Porém, esta competência na escolha da melhor opção de negócio não implica que todas as decisões sejam feitas segundo a lógica da economia moderna. As mulheres, pelo seu lado, preferem ter uma casa grande e um depósito de água e continuar a trabalhar a terra como sempre.

Assim, o abandono da agricultura a uma prática de baixa produtividade é uma opção consciente e razoável dentro do ideal de bem-estar partilhado pelos homens e pelas mulheres.

Portanto qualquer programa sobre o desenvolvimento rural tem de ter em conta as estratégias e escolhas feitas já por muitas gerações de emigrantes. Da análise destas estratégias tiram-se duas conclusões importantes. A primeira é que a ideia de desenvolvimento baseado nos conceitos de riqueza e pobreza próprios do capitalismo industrial não concorda com o ideal de abundância dos migrantes rurais que saem de Massinga para irem à África do Sul. A segunda é que a modernização das sociedades não é uma questão de tudo ou nada, senão que cada sociedade integra coisas novas e mantém outras mais antigas segundo a sua ideia de bem-estar ou abundância.

O discurso de desenvolvimento, promovido de cima para baixo, sobrepõe-se às realidades locais simplificando a sua pluralidade, e invisibilizando as suas escolhas, as suas preocupações e os seus conflitos. Não é o objectivo romantizar as práticas das populações rurais, como muitas vezes se tem feito, pois todos sabem que muitas das suas escolhas não são sustentáveis a longo prazo. Além do mais, os que conseguem atingir o ideal de abundância não deixam de ser uma minoria em relação ao total. Portanto há coisas que para o bem de todos devem mudar.

Mas também é verdade que muitas ideias e projectos de desenvolvimento rural ainda consideram a população rural como actor passivo e ignorante. Um Estado democrático, legítimo representante da população na esfera internacional, não pode continuar com a mesma atitude que os estados autoritários que o precederam. Pelo contrário, tem de fazer um esforço para melhor compreender as realidades da população que ele representa e ser capaz de reduzir a distância que o separa dela, adaptando os discursos gerais às realidades locais. O desafio não é fácil, mas uma primeira fase é aceitar que não é com discursos e projectos que invisibilizam os projectos dos próprios cidadãos que vai conseguir-se um desenvolvimento enraizado e sustentável. As pessoas são a razão de ser dos Estados e do desenvolvimento e é preciso que os dois trabalhem para elas, e não ao contrário.

BIBLIOGRAFIA

Adam, Y., 2006, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajectória do moçambique pós-colonial*, Maputo, Promédia.

Alfeu, M., 2001, "Influência da emigração para a África do Sul no desenvolvimento sócio-económico e nas características demográficas do distrito de Massinga", Tese de Licenciatura inédita, Departamento de Geografia da U.E.M.

Almeida, A., A. de, 1959, *Monografia agrícola de Massinga (Posto-Sede)*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 10 (segunda série.).

Borges Coelho, João Paulo, 1993, "Protected Villages and Communal Resettlement Policies, Development and War", Ph D. Thesis, University of Bradford.

Borges Coelho, J.P., 2004, "Estado, comunidades e calamidades naturais no Mozambique rural", in Santos, B., S. & Silva, T., C. (orgs.), 2004, *Moçambique e a reinvenção da emancipação social*, Maputo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, pp. 49-76.

Bowen, M. L., 2000, *The State against de Peasantry. Rural Struggles in Colonial and Postcolonial Mozambique*, Charlottesville and London, University Press of Virginia.

Cabral, Ilundi, [no prelo], "Rito e reconciliação. A cultura como mediadora da experiência da guerra em Moçambique", Afers nº 87, Barcelona, CIDOB, consultável na net: www.cidob.org

Casal, A. Y., 1989, "A crise da produção familiar e as aldeias comunais em Moçambique", *Revista Internacionl de Estudos Africanos* nº 8-9 (Jan.-Dez. 1988), p. 157-191.

Casal, A.Y., 1991, "Discurso socialista e camponenses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Mozambique (FRELIMO 1965-1984)", *Revista Internacionl de Estudos Africanos* nº 14-15, p. 35-76.

CEA-UEM , 1998 [1977], *O Mineiro Moçambicano: Um Estudo sobre a Exportação de mão de obra em Inhambane*, Maputo, [Ruth First directora da investigação], editado com o patrocínio do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e a Fundação Ford.

Covane, Luis António, 1989, *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul 1850-1964. Acordos e regulamentos principais*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos-6.

Covane, Luis António, 1991, "Clandestine migration of Mozambican workers to the mines and plantations of South Africa, 1897-1913", in Département d'Histoire de l'Université de Burundi, *Histoire Sociale de l'Afrique de l'Est (XIXe-XXe siècle)*, Paris, Karthala. 287-284.

Covane, Luis António, 2001, *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*, Maputo, Promédia, Identidades.

Cravinho, J., 1998, "Frelimo and the Politics of Agricultural Marketing in Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 24, nº1, p. 93-112.

Dinerman, A., 1999, "O surgimento dos antigos régulos como 'chefes de produção' na província de Nampula (1975-1987)", Maputo, *Estudos Moçambicanos*, nº 17, CEA/UEM, 95-256.

Farré, Albert, 2005, "Estat modern i llinatges locals a Moçambic. Els discursos de la legitimitat en una història d'imatges distorsionades i espectives incomplertes", Universitat de Barcelona: <http://www.tdx.cesca.es/TDX-0711105-085606/>

Farré, Albert., 2006, "El debate sobre el reconocimiento de las autoridades llamadas tradicionales en Mozambique", *Nova Africa* nº 18, 75-86.

Farré, Albert, 2008, "Vínculos de sangue e estruturas de papel: ritos e território em Quême (Inhambane)", *Análise Social*, 187 Vol. LXIII (2º), 393-418.

Feliciano, José F., 1998 [1989], *Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique*, Maputo, AHM, Estudos 12.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE, 2000, *Plano Estratégico do Desenvolvimento da Província de Inhambane. Visão e Estratégia para o Desenvolvimento da Província*, Inhambane.

Granjo, Paulo, 2006, "Back-home. Post-war cleansing ritual in Moçambique", in Nicolini, B., (Ed.), *Magical Practices, Witchcraft and Warfare in the African Continent (XIX-XX Centuries)*, Lampeter: Mellen Press.

Granjo, Paulo, 2008, "Dragões, régulos e fábricas: espíritos, e racionalidade tecnológica na indústria moçambicana", *Análise social* 187, Vol. XLIII, págs. 223-249.

Harries, Patrick, 1994, *Work, culture and identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*, Portsmouth, Heineman.

Helgesson, A., 1971, *The Tshwa response to Christianity. A study of the religious and cultural impact of Protestant Christianity on the Tshwa of Southern Mozambique*, Dissertation submitted to the Faculty of Arts of The University of Witwatersrand in fulfillment of the requirements for the degree of Masters of Arts. (Arquivo Histórico de Moçambique, cota C551j).

Helgesson, A., 2002, *Church, State and People in Southern Mozambique*, Uppsala, Studia Missionalia Uppsaliensia.

Homwana, A. M., 2002, *Espíritos vivos, tradições modernas. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*. Maputo, Promédia, Identidades.

Isaacman, A., 1987, "Régulos, diferenciação social, e protesto rural. O regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique 1938-1961". *Revista Internacional de Estudos Africanos* 6/7, 27-82.

Lemos, M. J. C. de, 1995, "Relações de Lourenço Marques com o Transvaal, antes e depois da ligação ferroviária", *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* nº17, pp. 87-124.

Loforte, A. M., 1990, "A apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes de Inhambane no início do século", *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* nº 8,

Maputo, p. 171-186.

Lubkemann, S. C., 2004, "Reduzir o colonialismo á sua real dimensão: a migração internacional entre os moçambicanos do Centro-Sul, 1990-1999" in Carvvalho, C.; Cabral, J. d. P. (orgs.), *A persistência da História. Passado e Contemporaneidade em África*, Lisboa, ICS, 253-292.

Negrão, J., 2001, *Cem anos de economia da família rural africana*, Maputo, Promédia.

Manghezi, Alpheus, 1983, "Ku Thekela: Estratégia de sobrevivência contra a fome no sul de Moçambique", *Estudos Moçambicanos* 4, MAputo, CEA-UEM, 19-40.

MINISTERIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL, 2005, *Perfil do Distrito de Massinga*. Porvíncia de Inhambane, Maputo.

Muvale, Jordão, 2005, "O *não exemplo* da extensão agrária e a segurança alimentar em Massinga", em Benigna Zimba e José P. Castiano (coordenadores), "As ciências sociais na Luta contra a Pobreza em Moçambique", Maputo, Filsom entertainment, págs: 155-177.

O' Laughlin, Bridget, 2000, "Class and the Customary: The Ambiguous Legacy of the *Indigenato* in Mozambique", *African Affairs* 99, p. 5-42.

Rita Ferreira, António., 1963, *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais, Estudos de Ciências Políticas e Sociais nº 67.

Silva, T. C., 2001, *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: O caso da Missão Suiça (1930-1974)*, Maputo, Promédia.

Tembe, J.d. N., 2004, "Historiografia e história sobre migrações trans-fronteiriças em Moçambique", comunicação apresentada en la *IV Reunião Internacional de História de África* celebrada en Maputo del 8 al 11 de Septiembre de 2004.

Waterhouse, Rachel; Vijfhuizen, Carin (dirs.), 2001, *Estratégias das mulheres, proveito dos homens. Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*, Maputo, Núcleo de Estudos da Terra-UEM; Faculdade de Agronomia e Engenharia Forestal-UEM, Action Aid Moçambique.